

Princípios de Bom Governo

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Regulamentos internos

Internamente, a EP está sujeita aos seguintes regulamentos:

- Regulamento de Registo e Controlo dos Tempos de Trabalho;
- Regulamento das Deslocações em Serviço;
- Regulamento de Carreiras;
- Regulamento Retributivo;
- Regulamento das Funções Dirigentes e de Apoio aos Órgãos Sociais;
- Regulamento das Condições de Prestação e Disciplina do trabalho;
- Regulamento de Estágios;
- Regulamento das Funções de Direção e de Chefia e de Apoio aos Órgãos Sociais;
- Regime de Alienação de Património Mobiliário da EP;
- Regime de Arrendamento de Imóveis;
- Regime de Organização da Biblioteca;
- Regime de Funcionamento do Núcleo Museológico;
- Regulamento de Alienação de Património Imobiliário;
- Regime de Atribuição de Telefones Móveis;
- Regime de Atribuição e Utilização de Veículos;
- Estatuto da Auditoria Interna da EP.

Regulamentos externos

A EP rege-se pelo Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, pelos seus Estatutos, pelo regime jurídico do setor público empresarial, consagrado no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelo contrato de concessão celebrado com o Estado, e pelo Código das Sociedades Comerciais.

A empresa está igualmente sujeita a todas as normas jurídicas internacionais, comunitárias e nacionais subjacentes à sua atividade, salientando-se de seguida as mais relevantes, tendo em consideração que a sua área de atuação e responsabilidade é muito alargada e complexa, o que afasta a possibilidade de uma enumeração exaustiva e completa.

Enquadramento Geral da Atividade

Decreto-Lei n.º 374/2007, de 07 de novembro	Transforma a E.P. - Estradas de Portugal, E.P.E., em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, passando a designar-se por EP.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2007, de 11 de julho	Aprova os princípios gerais a que deverá obedecer a definição do modelo de gestão e

	financiamento do sector rodoviário nacional e as ações a adotar para a sua implementação.
Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto	Regula o financiamento da rede rodoviária nacional a cargo da EP - Estradas de Portugal, E.P.E.
Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro	Atribui à EP, a concessão do financiamento, conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional e aprova as bases da concessão.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 174-A/2007, de 23 de novembro	Aprova a minuta do contrato de concessão do financiamento, conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional a celebrar entre o Estado Português e a EP.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2007, de 10 de dezembro	Identifica empreendimentos prioritários de natureza rodoviária a desenvolver pela EP em regime de parceria público privada.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2007, de 11 de dezembro	Identifica novos empreendimentos prioritários de natureza rodoviária a desenvolver pela EP, em regime de parceria público-privada.
Portaria n.º 16-C/2008, de 09 de janeiro	Altera as taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP).
Lei n.º 13/2008, 29 de fevereiro	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro.
Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro, que transforma a E.P. - Estradas de Portugal, E.P.E., em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, que atribui à EP, S.A., a concessão do financiamento, conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional e aprova as bases da concessão.

Despacho n.º 19868-A/2009, de 31 de agosto	Determinação da preparação e promoção pela EP, dos concursos públicos internacionais para várias concessões rodoviárias.
Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 05 de maio	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, que atribui à EP, a concessão do financiamento, conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 39-A/2010, 04 de junho	Aprova as alterações ao contrato de concessão do financiamento, conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional, celebrado entre o Estado Português e a EP, cuja minuta foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 174-A/2007, de 23 de Novembro.
Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de junho	Procede à identificação dos lanços e dos sublanços de autoestrada isentos e dos que ficam sujeitos ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores e fixa a data a partir da qual se inicia a cobrança das referidas taxas.

Legislação Rodoviária

Lei n.º 2037, de 1949-08-19	Aprova o Estatuto das Estradas Nacionais.
Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de janeiro	Insere disposições relativas à simplificação dos serviços da Junta Autónoma de Estradas - Revoga várias disposições legislativas.
Decreto-Lei n.º 219/72, de 27 de junho	Estabelece normas relativas à proteção das estradas nacionais - Revoga os artigos 154.º a 156.º do Estatuto das Estradas Nacionais - Adita um n.º 3 ao artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de janeiro.
Decreto-Lei n.º 235/82, de 19 de junho	Atualiza as taxas e as multas previstas, respetivamente, no Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de janeiro, e no Decreto-Lei n.º 219/72, de

	27 de junho, a cobrar pela Junta Autónoma de Estradas.
Decreto-Lei n.º 25/2004, de 24 de janeiro	Atualiza as taxas constantes do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de janeiro.
Decreto-Lei n.º 175/2006, de 28 de agosto	Altera o Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de janeiro, que insere disposições relativas à simplificação dos serviços da Junta Autónoma de Estradas.
Decreto-Lei n.º 13/94, de 15 de janeiro	Estabelece faixas com sentido <i>non aedificandi</i> junto das estradas nacionais, constantes do Plano Rodoviário Nacional.
Portaria n.º 114/71, de 01 de março	Aprova o Regulamento do Licenciamento de Obras pela Junta Autónoma de Estradas.
Decreto-Lei n.º 83/2008, de 20 de maio	Estabelece os mecanismos de proteção e segurança da zona da estrada da estrada nacional n.º 125 (EN 125), definindo a respetiva zona <i>non aedificandi</i> e zonas de servidão acústica e de visibilidade, bem como fixando regras próprias de licenciamento dos acessos à via e de afixação de publicidade, aprovando o respetivo regime jurídico.

Plano Rodoviário Nacional

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho	Redefine o plano rodoviário nacional (PRN) e cria estradas regionais.
Lei n.º 98/99, de 26 de julho	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, que redefine o plano rodoviário nacional (PRN) e cria estradas regionais.
Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto	Altera o plano rodoviário nacional, definido pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.

Licenciamento Zero

Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril	Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero», no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º
---	---

	49/2010, de 12 de novembro, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.
Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho	Altera o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, no respeitante à implementação do «Balcão do empreendedor».
Portaria n.º 131/2011, de 04 de abril	Cria um balcão único eletrónico, designado «Balcão do empreendedor».
Portaria n.º 284/2012, de 20 de setembro	Primeira alteração à Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril, que cria um balcão único eletrónico, designado «Balcão do empreendedor».
Portaria n.º 239/2011, de 21 de junho	Identifica os elementos que as meras comunicações prévias e as comunicações prévias com prazo previstas no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, devem conter.

Áreas de Serviço

Despacho SEOP 37-XII/92, de 22 de dezembro	Estabelece o regime dos contratos de concessão de áreas de serviço a instalar na rede rodoviária nacional.
Decreto-Lei n.º 173/93, de 11 de maio	Estabelece o regime dos contratos de concessão de áreas de serviço a instalar na rede rodoviária nacional.
Despacho SEOP 8-XII/93, de 12 de maio	
Portaria n.º 75-A/94, de 14 de maio	Aprova as normas de classificação e localização das áreas de serviço, bem como os modelos do programa de concurso e do caderno de encargos, em lanços de estradas da rede rodoviária nacional.
Decreto-Lei n.º 261/2002, de 23 de novembro	Confere às câmaras municipais competência para emitir parecer sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regional e nacional e prevê a audição dos municípios na definição da rede rodoviária nacional e regional e utilização da via pública.

Transações com partes relacionadas e outras

1. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Em termos de contratação pública a EP tem mecanismos informáticos (aplicação – Gestão de Fornecedores) para controlar os limites de contratação previstos no artigo 113.º do CCP, relativamente aos ajustes diretos escolhidos pelo critério do valor.

Outras transações

2. Informação sobre outras transações

a) Identificação dos procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A EP, em cumprimento do Código dos Contratos Públicos, tem adotado como procedimentos pré-contratuais, o Concurso Público, Concurso Público com Prévia Qualificação, Ajuste Direto, Regime Geral (Critério Valor e Material), e Ajuste Direto Regime Simplificado.

A política de contratação da EP tem por base os seguintes princípios:

i) O recurso ao concurso público (nacional ou internacional) como procedimento de contratação preferencial, limitando-se os ajustes diretos para procedimentos de contratação específicos, quer em termos do objeto a contratar, quer em termos do enquadramento em que os mesmos se verificam;

ii) O recurso, por regra, à contratação eletrónica;

iii) A existência de normas e procedimentos comuns, aplicáveis a qualquer processo de contratação.

Pretende-se, desta forma, garantir o rigor e transparência dos procedimentos de contratação, assim como garantir as melhores condições de aquisição.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Apresentam-se de seguida os principais números relativos à despesa da EP no ano de 2013:

(M€)

Descrição Pagamentos	2013
PPP	656,1
Investimento obra própria	84,8
Aquisição de bens e serviços	12,7
Total	753,6

Os quadros seguintes evidenciam os principais números de contratação pública em 2013:

Tipo de Procedimento	Concursos Lançados 2011		Concursos Lançados 2012		Concursos Lançados 2013	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Concursos Públicos	144	105,2	90	51,8	156	211,9
Ajuste Direto (convite a 1 empresa)	69	4,4	88	6,2	111	6,5
Ajuste Direto (convite a várias empresas)	19	2,3	19	1,3	27	1,6

Concursos Limitados	2	0,4	1	0,2	3	0,7
Total	234	112,3	198	59,5	297	220,6

(M€)

Tipo de Aquisição	Quantidade	Valor
Concursos Públicos		
Empreitada	103	188,9
Aquisição de Bens e Serviços	25	20,2
Projetos	28	2,9
Ajuste Direto (convite a 1 empresa)		
Empreitada	11	0,9
Aquisição de Bens e Serviços	90	5,3
Projetos	10	0,4
Ajuste Direto (com convite a várias empresas)		
Empreitada	5	0,5
Aquisição de Bens e Serviços	17	0,8
Projetos	5	0,2
Concursos Limitados	3	0,7
Total	297	220,6

b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

O recurso ao ajuste direto com consulta a uma única entidade representou, em 2013, 3% do valor total dos procedimentos de contratação lançados pela empresa.

Se a este valor forem adicionados os encargos suportados pela empresa com concessões e subconcessões anteriormente contratados por concurso público (que em 2013 representou uma despesa de 656,1M€) o valor dos ajustes diretos a uma única entidade que constam da listagem que segue, é ainda, percentualmente mais reduzido, representando apenas 0,8%.

Contrato	Objeto	Tipo de Procedimento	CCP	Valor base estimado s/ IVA	Fornecedor (Nome Abreviado)	NIF	Data de adjudicação	Data celebração do contrato	Preço contratual
068/2013	IP1, km 132+500, Ponte Internacional sobre o rio Guadiana em Vila Real de Santo António e Viaduto de Acesso. Reabilitação das Obras de Arte	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	92.000,00 €	J. L. Câncio Martins	500744386	20-02-2013	11-04-2013	87.100,00 €
098/2013	Apoio às observações a longo prazo OA da EP e automatização do sistema de monitorização da Ponte Salgueiro Maia - Triénio 2012-2014	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	80.000,00 €	EPIACTIS	508641900	03-04-2013	21-05-2013	80.000,00 €
104/2013	Observações a longo prazo de Obras de Arte da EP-S.A. - Triénio 2012-2014 (Protocolo com o LNEC)	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	153.000,00 €	LNEC	501389660	03-04-2013	21-05-2013	129.000,00 €
056/2013	Integração de Equipamentos Telemáticos da Concessão da Grande Lisboa na Plataforma DRIVE.	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	23.000,00 €	ARMIS	507349601	20-02-2013	28-03-2013	23.000,00 €
081/2013	Evolução do sistema de Gestão de Licenciamento	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	74.500,00 €	AMBISIG	503239917	20-03-2013	07-05-2013	74.500,00 €
069/2013	Limpeza nas estruturas descentralizadas	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	55.000,00 €	AVEICLEAN	504613529	06-03-2013	12-04-2013	54.764,00 €
Minuta 551/2013	Conservação corrente e operação Grande Porto BI – Brigada de Intervenção para a Rede de Autoestradas	Empreitada	alínea a) do artigo 19.º do CCP	11.397,58 €	VIALSIL	503539384	06-03-2013	02-04-2013	11.397,58 €
064/2013	Limpeza nas estruturas descentralizadas	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	25.200,00 €	VIVALISA	502388536	27-02-2013	04-04-2013	22.764,06 €
113/2013	Renovação de Licenciamento de Software ORACLE -2013	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	122.000,00 €	ORACLE PORTUGAL	502186771	03-04-2013	30-05-2013	121.718,80 €
088/2013	Prestação de serviços de limpeza nas instalações de serviço da EP	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	51.500,00 €	AVEICLEAN	504613529	20-03-2013	14-05-2013	51.498,00 €

080/2013	Aquisição de serviços consultoria – elaboração de estudo - avaliação de eventuais efeitos de distorção da concorrência por via da não dedutibilidade de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	47.000,00 €	DELOITTE	502310090	20-03-2013	07-05-2013	47.000,00 €
066/2013	Assessoria económica e financeira à Comissão de Negociação constituída e nomeada pelo Despacho do Coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos N.º 16198-F/2012	Aquisição de serviços	alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	500.000,00 €	KPMG II	506944670	13-03-2013	05-04-2013	500.000,00 €
089/2013	Elaboração de Parecer Direito da Concorrência	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	30.000,00 €	Paz Ferreira & Associados	505458373	03-04-2013	14-05-2013	30.000,00 €
115/2013	A25 – Portagens “EASY TOLL” – Vilar Formoso – Alteração das infraestruturas elétricas	Empreitada	alínea a) do artigo 19.º do CCP	9.000,00 €	TECNEGI	509851371	24-04-2013	18-06-2013	8.477,00 €
091/2013	Aquisição de serviços de Advocacia - Interposição de recursos contenciosos - IVA	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	15.000,00 €	Paz Ferreira & Associados	505458373	03-04-2013	15-05-2013	15.000,00 €
061/2013	IP7 - Eixo Norte Sul - km10+700 - Reabilitação das características superficiais do pavimento pelo método da granalhagem	Empreitada	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	15.210,00 €	INTEVIAL	503970352	20-03-2013	28-03-2013	15.210,00 €
117/2013	Upgrade dos Equipamentos Easytoll – Processo de cobrança de portagens eletrónicas a veículos de matrícula estrangeira	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	29.000,00 €	BRISA Inovação e Tecnologia	505216035	02-05-2013	18-06-2013	27.839,19 €
114/2013	Ponte 25 de Abril - Elaboração dos procedimentos de reparação dos aparelhos de apoio de apoio do Encontro Norte do Viaduto de Acesso Norte do Viaduto de acesso e do betão das juntas do tabuleiro	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	23.000,00 €	TAL PROJETO	501648399	02-05-2013	07-06-2013	23.000,00 €
046/2013	EN207, km 24+005, Pontão de Ponterrinhos. Instabilização de talude - Inspeção, reabilitação e reforço estrutural	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	15.000,00 €	ÉPOCA	501648399	09-01-2013	20-03-2013	14.750,00 €
071/2013	Vigilância e segurança humana nas instalações da Sede da EP em Almada	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	73.000,00 €	STRONG	503257567	27-03-2013	11-04-2013	71.784,78 €
120/2013	SICOP - Processo de adaptação e certificação SAFT-PT	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo	47.500,00 €	INNOWAVE	508453488	08-05-2013	20-06-2013	45.587,00 €

			24.º do CCP						
Minuta 725/2013	Fornecimento de peças para a máquina Fresia F90	Fornecimento de bens	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	9.922,32 €	VECOFABRI L	501150595	07-05-2013	07-05-2013	9.316,00 €
087/2013	Vigilância e segurança humana nas instalações da Sede da EP em Almada	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	48.400,00 €	CHARON	501718540	20-03-2013	14-05-2013	48.400,00 €
133/2013	Plataforma eletrónica para Contratação Pública - Extensão da prestação de serviços	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	9.990,00 €	GATEWIT	505091577	22-05-2013	08-07-2013	9.990,00 €
107/2013	Autoestrada do Marão. A4/IP4 – Amarante/Vila Real. Lanços S3 e S4. Avaliação da segurança das infraestruturas existentes	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	22.000,00 €	LNEC	501389660	18-04-2013	27-05-2013	22.000,00 €
109/2013	Ponte 25 de Abril - Fiscalização da empreitada de trabalhos de reparação e conservação	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	75.000,00 €	ISQ	500140022	24-04-2013	27-05-2013	75.000,00 €
180/2013	Prestação de serviços de Advocacia e Consultadoria Jurídica do Dr. Francisco José Bolota Belchior	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	60.000,00 €	Dr. Francisco Bolota Belchior	176258957	08-05-2013	23-08-2013	60.000,00 €
116/2013	Aquisição de serviços de Assessoria no âmbito da Renegociação dos Contratos de Subconcessão à Comissão de Negociação constituída e nomeada pelo Despacho N.º 16198-F/2012 da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	74.000,00 €	PRICEWATERHOUSECOOPERS	504193279	08-05-2013	18-06-2013	74.000,00 €
149/2013	Renovação de <i>Microsoft Premier Support</i> 2012-2013	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	31.000,00 €	MSFT	502586745	22-05-2013	16-08-2013	30.000,00 €
121/2013	Upgrade de Plataforma <i>Outsystems</i>	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	61.000,00 €	OUTSYSTEMS	504995634	15-05-2013	25-06-2013	59.850,00 €
108/2013	A21 - Sublanço Ericeira/Mafra/Malveira - Desmantelamento da Praça de Portagem da Venda do Pinheiro	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	21.350,00 €	COTEPROL	500338485	30-04-2013	28-05-2013	21.350,00 €
175/2013	Sistema de Gestão de Subconcessões	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo	65.000,00 €	ARMIS	507349601	05-06-2013	22-08-2013	65.000,00 €

			24.º do CCP						
105/2013	Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento	Fornecimento de bens	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	74.000,00 €	REPSOL	500246963	15-05-2013	20-05-2013	74.000,00 €
132/2013	Criação de uma oferta de referência para instalação de redes de comunicações eletrónicas no Canal Técnico Rodoviário sob jurisdição da EP e realização de protótipo de levantamento cadastral da EN12	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	74.500,00 €	First Rule	510065686	29-05-2013	09-07-2013	74.500,00 €
181/2013	Serviços de Advocacia na área Contenciosa da EP	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	45.000,00 €	Rui Gomes da Silva & Associados	504547739	19-06-2013	23-08-2013	45.000,00 €
190/2013	Serviços de Advocacia na área Contenciosa da EP	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	45.000,00 €	João Carlos Silva & Associados	504902385	19-06-2013	04-09-2013	45.000,00 €
263/2013	EN243, km49+300, Passagem Hidráulica do Carregal - Substituição da Obra de Arte	Conceção / construção	alínea a) do artigo 19.º do CCP	60.000,00 €	Construções Manuel & Lino	502548320	31-07-2013	06-12-2013	59.059,59 €
150/2013	Integração de equipamentos telemáticos da Concessão do Douro Litoral na plataforma DRIVE	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	20.000,00 €	ARMIS	507349601	19-06-2013	30-07-2013	19.000,00 €
191/2013	Aquisição de manutenção dos módulos da Plataforma DRIVE - 2013	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	55.000,00 €	ARMIS	507349601	19-06-2013	05-09-2013	55.000,00 €
125/2013	Ponte 25 de Abril - Serviços de inspeção	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	168.000,00 €	ISQ	500140022	29-05-2013	17-07-2013	168.000,00 €
118/2013	Limpeza e higienização nas instalações da EP-Estradas de Portugal, S.A	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	60.000,00 €	Ambiente & Jardim II	510314910	29-05-2013	17-06-2013	59.443,57 €
173/2013	Aquisição e instalação de equipamentos e de software necessários à operacionalização do sistema de gestão e de controlo de acessos da portaria do Pragal	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	13.800,00 €	INFRASECUR	504997130	19-06-2013	19-08-2013	13.756,40 €
155/2013	Centro de Limpeza de Neve - Segurança das instalações	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	19.000,00 €	PROSEGUR	501290567	12-06-2013	02-08-2013	18.985,00 €

184/2013	EN244, km 54+077, Ponte Metálica de Belver. Reabilitação e reforço da Obra de Arte	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	6.500,00 €	BETAR	501945733	18-07-2013	22-08-2013	6.500,00 €
129/2013	IP3, km 75+310, Ponte sobre o rio Dão em Foz Dão - Avaliação das condições de segurança estrutural	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	214.500,00 €	LNEC	501389660	22-05-2013	09-07-2013	214.500,00 €
119/2013	Aquisição de combustíveis rodoviários em Postos de Abastecimento	Fornecimento de bens	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	82.510,00 €	GALP - Petróleos de Portugal	500697370	12-06-2013	18-06-2013	82.510,00 €
Minuta 1499/2013	Serviços de manutenção aplicacional de quiosques e TPAS	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	7.200,00 €	GLINTT	503541320	02-07-2013	12-07-2013	7.200,00 €
146/2013	Desenvolvimento e elaboração de guias para o diagnóstico de Obras de Arte - Vol. 1	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP	30.000,00 €	LEB	502919167	29-05-2013	30-07-2013	30.000,00 €
099/2013	Desenvolvimento e elaboração de guias para o diagnóstico de Obras de Arte - Vol. 2	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP	30.000,00 €	TAL PROJETO	501648399	06-03-2013	21-05-2013	30.000,00 €
100/2013	Desenvolvimento e elaboração de guias para o diagnóstico de Obras de Arte - Vol. 3	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP	30.000,00 €	Universidade de Aveiro	501461108	06-03-2013	21-05-2013	30.000,00 €
102/2013	Desenvolvimento e elaboração de guias para o diagnóstico de Obras de Arte - Vol. 5	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP	30.000,00 €	LNEC	501389660	06-03-2013	21-05-2013	30.000,00 €
103/2013	Desenvolvimento e elaboração de guias para o diagnóstico de Obras de Arte - Vol. 6	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP	20.000,00 €	DIPP	509096131	20-03-2013	21-05-2013	20.000,00 €
151/2013	Coordenação e acompanhamento da elaboração de guias para o diagnóstico de Obras de Arte	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	20.000,00 €	LNEC	501389660	29-05-2013	30-07-2013	20.000,00 €
101/2013	Desenvolvimento e elaboração de guias para o diagnóstico de Obras de Arte - Vol. 4	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP	30.000,00 €	GEG	501957782	06-03-2013	21-05-2013	30.000,00 €
148/2013	Contratação externa de um Parecer Jurídico no âmbito dos licenciamentos de publicidade afixada à margem das EN sob jurisdição da EP,SA e do estabelecimento de acessos à zona da estrada.	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	25.000,00 €	<i>Ernest & Young</i>	500912645	20-02-2013	20-08-2013	25.000,00 €

159/2013	Inspeção subaquática às Pontes de Criz I e II, São João das Areias e Foz do Dão, do Complexo da Aguieira	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	52.250,00 €	PROFICO	502668490	10-07-2013	02-08-2013	55.250,00 €
163/2013	Impactes de tráfego e outros efeitos na rede EP pela introdução de portagens	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	15.000,00 €	MIGTRÁFEG O	505422565	19-06-2013	05-08-2013	15.000,00 €
162/2013	Impactes de tráfego e outros efeitos na rede EP pela introdução de portagens	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	28.200,00 €	MULTIDADO S	504189107	19-06-2013	02-08-2013	24.120,00 €
197/2013	IP3 – Ponte sobre o rio Dão, em Foz Dão; EN234 – Pontes sobre o Criz I e II aos kms 58+800 e 60+500; EN234-6 - Ponte de São João das Areias - Monitorização estrutural complementar	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	170.000,00 €	Instituto da Construção da FEUP	502164654	18-07-2013	09-09-2013	166.800,00 €
063/2013	IP7 (Eixo Norte-Sul), km0+000, 0+300 e km 0+400. Reparação de amortecedores de choque	Empreitada	alínea a) do artigo 19.º do CCP	16.000,00 €	VIAPOR	502337893	05-12-2012	05-04-2013	12.130,00 €
241/2013	Manutenção de 2ª linha aos equipamentos e sistemas fornecidos pela EFACEC no âmbito do troço Buraca – Pontinha da CRIL	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	35.000,00 €	EFACEC	502533447	14-08-2013	08-10-2013	34.760,00 €
265/2013	Consultadoria de apoio à implementação da reestruturação do Plano Geral de Arquivo, manutenção de Licenciamento e <i>Helpdesk</i> do <i>EDOCLINK</i>	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	32.000,00 €	<i>LINK Consulting</i>	504551221	07-08-2013	06-12-2013	31.208,00 €
143/2013	A28 – Sistema “EASY TOLL” – Viana do Castelo	Empreitada	alínea a) do artigo 19.º do CCP	145.000,00 €	Amândio de Carvalho	501428119	10-07-2013	12-07-2013	144.972,93 €
221/2013	IC16, IC17, IC19. Reparação de amortecedores de choque	Empreitada	alínea a) do artigo 19.º do CCP	55.000,00 €	Fernando L. Gaspar	502042044	21-08-2013	04-10-2013	54.930,00 €
145/2013	A28 – Sistema “EASY TOLL” – Viana do Castelo	Conceção / construção	alínea a) do artigo 19.º do CCP	23.500,00 €	EUGREB	509502270	10-07-2013	19-07-2013	23.500,00 €
152/2013	Aquisição de serviços de trabalho temporário	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	60.000,00 €	TUTELA	502166860	09-07-2013	30-07-2013	56.612,03 €
267/2013	IC12 - km 21+500 AO KM 0+000 - Pavimentação entre Canas de Senhorim e o IP3 - Proposta de metodologia para análise	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	55.000,00 €	ITECONS	507487648	11-09-2013	06-12-2013	54.360,00 €

	das patologias								
158/2013	EN8 – Beneficiação A8/ Chão da Feira (EN1)	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	15.520,00 €	PROPLANO	500223882	12-06-2013	30-07-2013	15.520,00 €
027/2013	Assessoria financeira à EP-Estradas de Portugal S.A.	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	190.000,00 €	KPMG II	500126321	28-11-2012	08-02-2013	190.000,00 €
198/2013	Consultadoria de gestão para definição e estruturação de objetivos de gestão no âmbito do Plano Estratégico 2013-2016	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	70.000,00 €	Roland Berger	502262176	18-07-2013	09-09-2013	70.000,00 €
186/2013	Serviços de vigilância e segurança para a Concessão Túnel do Marão	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	29.600,00 €	VISACÇÃO	507756002	18-07-2013	22-08-2013	29.547,00 €
033/2013	Plataforma eletrónica para Contratação Pública – Extensão de 3 Meses	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	14.625,00 €	GATEWIT	505091577	19-12-2012	28-02-2013	14.625,00 €
052/2013	Ponte 25 de Abril - Elaboração dos procedimentos de reparação de fissuras e defeitos de laminagem detetados na viga de rigidez	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	192.250,00 €	<i>Parsons Transportation</i>	13-5266840	16-01-2013	02-04-2013	250.000,00 €
185/2013	Ponte 25 de Abril – Serviços de operação e manutenção das plataformas móveis da viga de rigidez	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	60.000,00 €	<i>KOCH Engineering & Construction</i>	509967949	25-07-2013	22-08-2013	60.000,00 €
095/2013	Aquisição de sistema para controlo de acessos	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	9.000,00 €	RCSOFT	503000140	27-03-2013	17-05-2013	8.690,00 €
209/2013	Aquisição de serviços de vigilância e segurança nos edifícios da EP, S.A	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	76.000,00 €	SECURITAS	500243719	25-07-2013	26-09-2013	75.847,30 €
210/2013	Aquisição de serviços WMS de Cartografia Militar e acesso à rede SERVIR - Instituto Geográfico do Exército	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	15.000,00 €	Instituto Geográfico do Exército	600059294	04-09-2013	24-09-2013	15.000,00 €
036/2013	Ponte 25 de Abril - Inspeção	Aquisição de serviços	alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	140.000,00 €	ISQ	500140022	09-01-2013	28-02-2013	140.000,00 €

250/2013	Novos desenvolvimentos de negócio da Plataforma Opensource JBILLING de suporte ao SICOP – Sistema de Cobrança de Portagens	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	275.000,00 €	INNOWAVE	508453488	28-08-2013	24-10-2013	270.872,00 €
051/2013	Ponte 25 de Abril - Operação e manutenção das plataformas móveis	Aquisição de serviços	alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	100.000,00 €	KOCH Engineering & Construction	509967949	13-02-2013	22-03-2013	100.000,00 €
249/2013	EN109 - km 155+900 AO KM 157+500 – Melhoria das condições de segurança - Drenagem pluvial	Empreitada	alínea a) do artigo 19.º do CCP	124.525,00 €	Construções Júlio Lopes	501436162	04-09-2013	24-10-2013	124.520,00 €
070/2013	Aquisição de serviços de definição de requisitos e diagnóstico aos ficheiros SAFT-PT	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	51.000,00 €	PRICEWATE RHOUSECO OPERS	504193279	13-02-2013	12-04-2013	51.000,00 €
177/2013	Aquisição de serviços de vigilância humana para a portaria do pragal por inoperacionalidade do sistema eletrónico de gestão de acessos	Aquisição de serviços	alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	16.421,28 €	STRONG - Segurança, S.A.	503257567	15-05-2013	19-08-2013	16.421,28 €
289/2013	Concessão do Túnel do Marão – Assistência rodoviária e operação dos equipamentos de telemática	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	32.500,00 €	BRISA	505827662	13-11-2013	30-12-2013	30.246,80 €
291/2013	Manutenção de sistemas técnicos e de Engenharia da A21	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	196.000,00 €	BRISA Inovação e Tecnologia	505216035	25-09-2013	30-12-2013	191.662,00 €
203/2013	Autoestrada do Marão. A4/IP4 – Amarante/Vila Real. Lanços S3 E S4. Topografia e varrimento laser para estabelecimento de situação de referência	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	36.900,00 €	ESTEREOFOTO	500100756	07-08-2013	16-09-2013	36.900,00 €
258/2013	EN358, km 38+000, Estabilização do talude de escavação (LD). Intempéries 2012-2013	Empreitada	alínea a) do artigo 19.º do CCP	65.000,00 €	Construções JJR	502197714	25-09-2013	11-11-2013	64.870,60 €
251/2013	Aquisição de serviços de segurança para transporte e tratamento de receitas da A21	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	19.391,04 €	LOOMIS	506632768	03-09-2013	24-08-2013	19.391,04 €
252/2013	Aquisição de equipamento profissional de mergulho para equipa de inspeção subaquática da EP -Estradas de Portugal S.A	Fornecimento de bens	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	7.200,00 €	ISPTEL	504104039	02-10-2013	29-10-2013	7.200,00 €
Minuta 2243/2013	Manutenção e reparação das viaturas e máquinas afetadas ao COCN e CON - Preparação do período invernal Unimog 89-	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	24.758,45 €	António Garcia, S.A.	500525650	16-10-2013	N.A.	24.748,45 €

	BN-19, Mercedes 07-72-BI, 07-73-BI, 07-74-BI, 07-75-BI								
254/2013	Manutenção e reparação das viaturas e máquinas afetas ao COCN e CON - Preparação do período invernal MAN 47-CV-30 E 47-CV-31	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	19.267,28 €	AC MAN, S.A.	506394751	09-10-2013	30-10-2013	19.267,28 €
Minuta 2441/2013	Manutenção e reparação das viaturas e máquinas afetas ao COCN e CON - Preparação do período invernal Viaturas 21-71-UL e 21-18-UL	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	18.781,30 €	Auto Reparadora da Muna	503125644	16-10-2013	16-10-2013	18.781,30 €
Minuta 2214/2013	Manutenção e reparação das Fresias afetas ao COCN (CLN) - Preparação do período invernal	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	23.914,20 €	VECOFABRI L	501150595	16-10-2013	16-10-2013	23.911,57 €
Minuta 2213/2013	Manutenção e reparação das Fresias afetas ao COCN (CLN) - Preparação do período invernal	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	10.810,00 €	MIC, LDA.	500189102	16-10-2013	16-10-2013	10.810,00 €
256/2013	Ponte 25 de Abril – Serviços de operacionalidade das plataformas móveis da viga de rigidez	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	20.000,00 €	KE&C - KOCH	509967949	16-10-2013	08-11-2013	20.000,00 €
255/2013	Assessoria Financeira no âmbito do Processo de Renegociação dos Contratos de Concessão ex-SCUT e Concessões Norte e da Grande Lisboa	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	74.000,00 €	Banco Finantia S.A.	501897020	23-10-2013	07-11-2013	74.000,00 €
292/2013	Comunicações fixas e móveis	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	41.000,00 €	PT Comunicações / TMN	504615947	06-11-2013	30-12-2013	36.194,46 €
293/2013	Manutenção da rede integrada de voz e dados	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	74.999,00 €	PT - Comunicações	504615947	06-11-2013	30-12-2013	74.731,77 €
272/2013	Aquisição de serviços de vigilância humana nos viadutos da Autoestrada do Marão - a4/ip4 Amarante/Vila Real e no estaleiro ponte do Túnel do Marão da EP-Estradas de Portugal, S.A.	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	15.000,00 €	VISACÇÃO	507756002	06-11-2013	17-12-2013	14.773,50 €
271/2013	Aquisição de serviços de assessoria técnica referente ao IVA - Ano fiscal de 2011	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	18.000,00 €	DELOITTE	501776311	06-11-2013	17-12-2013	18.000,00 €

287/2013	Nó de Ligação ao IP4 / Campeã / Parada de Cunhos. Adaptação dos projetos dos viadutos V1, V3 e V12	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	64.000,00 €	Câncio Martins	500744386	20-11-2013	27-12-2013	64.000,00 €
286/2013	Aquisição serviços de empresa trabalho temporário para cedência trabalhadores temporários	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	69.000,00 €	MULTIPESS OAL Trabalho Temporário S.A.	503739669	27-11-2013	27-12-2013	68.366,10 €
Minuta 2619/2013	Ajuste direto para aquisição de peças para espalhadores de sal da marca montados nas viaturas 47-CV-30 e 47-CV-31	Aquisição de serviços	alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	13.927,57 €	SIMOPEÇAS	503193364	27-11-2013	N.A.	13.927,57 €
Minuta 2769/2013	Manutenção das buldozers acopladas nas viaturas 47-CV-30; 47-CV-31; 21-17-UL, 89-BN-19 E 07-73-BI, afetas ao CLN	Aquisição de serviços	alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	8.542,00 €	FERESTRELA	503545694	04-12-2013	27-12-2013	7.687,80 €
290/2013	A21 – Ericeira / Mafra / Malveira / Venda do Pinheiro (A8) – Sistema Via Verde	Aquisição de serviços	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	81.500,00 €	VIA-VERDE	504656767	04-12-2013	30-12-2013	81.500,00 €

c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

NIF	Nome do Fornecedor
502197714	CONSTRUÇÕES J.J.R. & FILHOS, S.A.
503970352	INTEVIAL GESTAO INTEGRAL RODOVIARIA, S.A.
502496878	CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A.
503369489	CONSTRUÇÕES CARLOS PINHO, LDA.

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios social, ambiental e económico

A EP assumiu o compromisso de adotar princípios de atuação sustentáveis e de garantir a sua aplicação a todas as áreas e níveis da estrutura da empresa, numa perspetiva de criação de valor.

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

Em 2013, entre os objetivos traçados ressaltam, como grandes linhas de orientação, assegurar a sustentabilidade financeira da empresa e a evolução para um novo modelo estratégico de gestão da rede, desenvolver a oferta de serviços, fomentando a orientação ao mercado e o aumento de receitas, e promover a orientação ao cliente e restantes *stakeholders* da Rede Rodoviária Nacional.

No quadro seguinte podemos observar os principais indicadores da empresa, do ponto de vista das metas estabelecidas e dos desvios verificados.

Indicador	Unidade	Meta 2013	Valor Real	Desvio (%)
Custos Operacionais (Cash)	M€	225	158	-29,8
Custos Operacionais (Cash) - Custos FSEs	M€	159	114	-28,3
Custos Operacionais (Cash) - Custos RH	M€	40	38	-4,5
Dívida líquida	M€	3.192	3.171	-0,7
<i>Racio</i> da dívida líquida EBITDA ajustado		6,6	5,2	-21,2
EBITDA ajustado	M€	511	611	19,6
Indicador agregado de execução do plano de proximidade		90	82	-8,9
Índice de Segurança Rodoviária	M€	110	119*	8,2
Índice de sustentabilidade ambiental		100	100	0
Margem EBITDA ajustado		69	79	14,5
Níveis de serviço do contrato de concessão		95	99	4,2
Receita CSR (Cash)	M€	497	504	1,4
Receita total (Cash)	M€	736	769	4,5

Receitas com serviços a terceiros (Cash)	M€	0,25	0,08	-68
Receitas com serviços complementares (Cash)	M€	9,3	12,0	29
Receitas de portagens totais, sem IVA (Cash)	M€	222	239	7,5
Receitas de serviços assentes na infraestrutura (Cash)	M€	8,5	9,0	5,9
Total de encargos financeiros (Cash)	M€	108	114	5,9
Total de investimento (Cash)	M€	595	651	9,4
Total de novo financiamento (Cash)	M€	731	703	-3,8

* Valor provisório.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

No ano de 2013 iniciou-se a implementação do Plano Estratégico K16, resultado de uma profunda reflexão relativamente ao presente e futuro da EP, tendo presente os desafios que se colocam à empresa e o grande objetivo de garantir a sua sustentabilidade no período de 2014 a 2035.

O ano de 2013 constituiu um ano de mudança de paradigma, um ano em que se identificaram desafios e oportunidades, se redefiniram prioridades, se realizaram alinhamentos orgânicos, se motivou a organização em torno de um novo rumo, em suma, se preparou a empresa para o desafio da sustentabilidade.

O ano subsequente constituirá assim, o ano de consolidação do novo conceito estratégico e de cultura empresarial, que visa potenciar a criação de valor e o posicionamento da EP no setor. Tudo isto enquadrado numa política de responsabilidade social, sustentada em exigentes comportamentos éticos e deontológicos, em que a empresa, assim como cada um dos seus colaboradores, tem noção do impacto que as suas decisões, formas de atuação e comportamentos têm sobre a própria organização, clientes e restantes partes interessadas.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

3.1. Responsabilidade Social

A responsabilidade social encontra-se presente, de forma transversal, em toda a atividade da EP.

A garantia do direito à circulação com elevados níveis de segurança e qualidade, a um melhor serviço e a uma maior proximidade de locais e famílias, são pensados tendo por base o cumprimento de elevados critérios de respeito pelo ambiente, pelo património público e pelo desenvolvimento socioeconómico das regiões e do país e coesão nacional.

A EP é responsável pelo património histórico e cultural relacionado com a estrada, utilizado e produzido no último século, mantendo assim uma fonte rica de informação, consultada e apreciada pela comunidade técnica e científica e pela comunidade em geral.

Os impactos sociais também têm sido objeto de estudo e preocupação por parte dos técnicos da EP, que procuram minimizá-los, principalmente junto da população mais carenciada quer em termos financeiros ou mesmo afetivos.

3.1.1. Segurança Rodoviária

Planeamento e objetivos:

A melhoria das condições de circulação e segurança rodoviária continua a ser um dos principais objetivos das políticas de atuação da EP. Cada vez mais se tem efetuado esforços no combate à sinistralidade rodoviária, o que é comprovado pela redução de 58% no número de vítimas mortais na última década (2003-2012), em que a rede da EP foi a que mais contribuiu essa redução da sinistralidade no País (- 61%).

Em 2013, tal como nos últimos anos, o investimento da EP na segurança rodoviária incidiu prioritariamente nas atividades de eliminação de pontos negros, reformulação geométrica de interceções e implementação de equipamentos dirigidos aos utilizadores mais vulneráveis, para além de atividades de âmbito nacional ao nível da marcação rodoviária, modernização dos equipamentos semaforicos, melhoria da sinalização vertical e instalação de guardas de segurança.

Estas intervenções têm como objetivo a manutenção constante dos ativos da via, oferecendo condições de segurança e circulação uniformes e adequadas.

Além das intervenções previstas no Plano de Segurança Rodoviária, e com o objetivo de maximizar a ação preventiva, em substituição de uma ação reativa, foram realizadas ações de inspeção de segurança à rede da EP tendo como objetivo aferir, de forma sistemática, as condições de segurança e programar as intervenções necessárias.

Desempenho:

Cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão

O contrato de concessão celebrado entre o Estado e a EP define três indicadores de sinistralidade rodoviária:

- I) Número de pontos negros (PN);
- II) Indicador de Gravidade – IG - (1) dos acidentes nas travessias urbanas;
- III) Número de vítimas mortais (VM).

Uma vez que não foram definidas metas posteriores a 2010 pelo IMT, a EP definiu metas para o período 2012-2014 tendo como referência as taxas de redução anteriormente definidas considerando, no caso das vítimas mortais (VM), a sua manutenção e, nos outros indicadores, a sua redução para metade a partir de 2011.

Relativamente ao desempenho em 2012, verifica-se que foram atingidos e ultrapassados os objetivos propostos no Contrato de Concessão para os três indicadores de sinistralidade rodoviária.

	Objetivo 2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Evolução (12/11)	
								N.º	%
Número de PN (Rede EP)	31	41	23	28	36	20	18	-2	-10
IG dos acidentes nas travessias urbanas (RRN)	24.641	29.069	28.205	27.485	29.482	24.987	22.498	-2.489	-10
Número de VM (RRN)	441	495	403	388	410	366	281	-85	-23

Plano de segurança rodoviária

Tendo como base os indicadores de sinistralidade rodoviária, os objetivos estabelecidos no contrato de concessão, as deficiências detetadas na rede rodoviária ao nível da segurança

⁽¹⁾ Indicador de Gravidade IG = 100xM + 10xFG + 3xFL, em que M é o número de mortos, FG o de feridos graves e FL o de feridos leves.

quer no âmbito das inspeções realizadas quer as denunciadas pelos clientes e, principalmente, pelas autarquias e outras entidades, a EP prepara anualmente o plano de segurança que, a par das outras intervenções na rede tem como principal objetivo a melhoria da segurança rodoviária.

O Plano de Segurança Rodoviária de 2013 contemplou várias intervenções, com uma execução total de 4,33M€.

Inspeções de segurança rodoviária

a) Pontos Negros registados pela ANSR em 2012

No ano de 2012 foram registados, na Rede EP, 18 pontos negros (PN), num total de 109 acidentes com vítimas, 6 vítimas mortais (VM), 4 feridos graves (FG), 151 feridos ligeiros (FL), perfazendo um índice de gravidade de 1.093, distribuídos de acordo com o quadro seguinte:

Centro Operacional	Distrito	Via	km inicial	km final	N.º PN acidentes c/ vítimas	VM	FG	FL	IG	
NORTE	Braga	EN101	98,300	98,350	1	5	0	1	11	43
	Porto	EN15	13,550	13,720	1	7	0	0	8	24
	Porto	EN15	28,950	29,150	1	5	0	0	7	21
GRANDE PORTO	Porto	EN1	292,000	292,100	1	6	0	1	7	31
	Porto	A44	8,500	8,600	1	5	0	0	7	21
	Porto	A20	11,000	11,100	1	5	1	1	5	125
	Porto	A20	11,400	11,600	1	8	1	0	10	130
CENTRO SUL	Leiria	EN1	113,300	113,500	1	10	0	0	13	39
	Leiria	EN1	130,800	130,900	1	7	0	0	14	42
	Santarém	EN3	92,900	93,100	1	6	0	0	13	39
GRANDE LISBOA	Lisboa	IP7	10,500	10,700	1	7	0	0	10	30
	Lisboa	IC17	10,800	11,000	1	5	1	0	5	115
	Lisboa	EN1	24,700	24,900	1	6	2	1	3	219
	Lisboa	EN10	127,700	127,900	1	5	0	0	8	24
	Lisboa	EN10	128,400	128,500	1	5	1	0	4	112
SUL	Faro	EN2	735,000	735,200	1	6	0	0	9	27
Subconcessão Baixo Tejo	Setúbal	IC20	1,600	1,800	1	5	0	0	9	27
Subconcessão Algarve Litoral	Faro	EN125	36,450	36,650	1	6	0	0	8	24
Total:					18	109	6	4	151	1.093

b) Zonas de acumulação de acidentes

As zonas de acumulação de acidentes foram monitorizadas, ainda que não tivessem sido realizadas inspeções por se terem priorizado outras inspeções à rede.

c) Inspeções à rede

Em 2013 o plano de inspeções à rede incidiu fundamentalmente na Subconcessão do Baixo Alentejo e em outras estradas onde foram denunciados problemas específicos de segurança rodoviária, numa extensão total de cerca de 451 km.

EN4 (do km 140+000 ao km 181+400) - 41 km;

EN115-3 (do km 0+000 ao km 14+877) - 15 km;

EN203 (do km 1+825 ao km 23+500) - 22 km;

EN17 (do km 81+983 ao km 130+715) - 49 km;

Subconcessão Baixo Alentejo

ER261-5 (Sines - Santo André) - 23 km;

IP8 (Sines - Nó do Roncão (IC33)) - 26 km;

IP8 (Nó do Roncão (IC33) - Nó de Grândola Sul (A1/IP1)) - 23 km;

IC33 (Santiago do Cacém – Grândola) - 19 km;

IC1 (Marateca (A1/IP1) - IP8) - 70 km;

IP2 (do km 281+500 ao km 395+150) - 114 km;

IP8 (N259 do km15+700 ao km42+600, Grândola Sul - Ferreira do Alentejo) - 27 km;

IP8 (N121 do km51+280 ao km73+810, Ferreira do Alentejo – Beja) - km 22 km.

De referir que estas ações de natureza inspetiva estão enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 138/2010 que transpõe a Diretiva 2008/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão da segurança em infraestruturas rodoviárias.

Iniciativas

Na sequência do processo iniciado em finais de 2009, a EP subscreve, desde 2010, a Carta Europeia de Segurança Rodoviária.

Trata-se de uma iniciativa da Comissão Europeia www.erscharter.eu/pt que conta com mais de 1900 entidades de toda a Europa que se comprometeram a levar a cabo ações de segurança rodoviária e formam parte desta plataforma única para o intercâmbio de experiências e boas práticas no campo da segurança rodoviária.



O compromisso da EP consiste na realização do seu Plano de Segurança Rodoviária tendo definido metas alinhadas com o objetivo da EU de, em 10 anos (2010-2020), reduzir para metade o número de mortos nas estradas europeias.

Ainda neste âmbito inscreve-se o Protocolo de colaboração com a ANSR, que prevê a partilha de informação e a participação conjunta nas inspeções aos pontos negros identificados no ano anterior, realizadas em 2013.

A EP tem ainda interlocutores designados com o Centro de Coordenação Operacional Nacional, responsável pela coordenação institucional de todas as entidades que partilham responsabilidades na proteção civil, e pela gestão da sua participação operacional.

3.1.2. Comunidade

Núcleo Museológico

O espólio museológico da EP é composto por inúmeras peças, máquinas e documentos representativos da evolução da técnica e da estética ao serviço da administração rodoviária nacional.

A empresa tem uma área de exposição permanente nas suas instalações na sede, aberta ao público em ocasiões como o dia dos museus, em eventos organizados na empresa e por solicitação de instituições ou particulares, sujeita a marcação prévia.

A preservação do espólio museológico merece assim um lugar permanente nos objetivos da empresa tendo-se recuperado em 2013 várias peças de relevo.

Destaca-se de entre elas, uma Moto SIS Sachs, modelo Lebre, de três velocidades, fabricada em Portugal pela firma SIS-Veículos Motorizados Lda., equipada com um motor de marca Sachs de 47 cm³ de cilindrada e uma potência de 4,3cv a gasolina. Este motociclo foi recuperado com peças de origem e tem sido alvo de várias solicitações para estar presente em exposições e eventos.

Também foram alvo de restauro três bicicletas de marca Raleigh, fabricadas nos finais dos anos 40 em Inglaterra pela firma Raleigh Industries Ltd., em Nottingham e que eram vulgarmente conhecidas por "Pasteleiras".

Outra peça cujo restauro teve início em 2013 é uma viatura marca Land Rover, modelo regular 88 serie 3, de 1973, a gasóleo com 2285 cm³ de cilindrada, adquirido pela Junta Autónoma de Estradas em 16 de Abril de 1974.

A EP relaciona-se com diversas entidades no âmbito da cedência de peças e documentação para exposições permanentes ou temporárias, divulgando assim o património cultural relacionado com a administração rodoviária.

Em 2013 destaca-se a participação na exposição permanente inaugurada em dezembro de 2012 no Museu dos Transportes e Comunicações do Porto, sob o tema “Comunicar”. O apoio consistiu na decoração de uma parede do espaço expositivo, com um painel de sinalização, especialmente concebido para o fim em causa, ilustrando assim um dos meios de comunicação visual mais utilizado na estrada. Ainda para a mesma exposição, a EP forneceu material base para a elaboração de um filme sobre a evolução da sinalização rodoviária, que está também patente ao público na exposição.

O Núcleo Museológico esteve também presente no Festival de Motorclássicos que se realizou na FIL em Lisboa, na Feira do Mundo Motorizado em Corroios, no Cascais *Classic Motorshow* e na 1ª Maratona *EDP Bike* também em Cascais.

Biblioteca e Arquivo Histórico

A Biblioteca, com cerca de 20.000 exemplares de monografias em vários suportes, muitas editadas pela empresa e suas antecessoras, constitui uma referência nacional, pela sua especialização nas áreas de planeamento, construção, conservação e exploração de redes rodoviárias.

Nestas áreas é também muito procurada por investigadores e estudantes, a documentação que constitui o Arquivo da EP e que contém informação relevante sobre estradas e obras de arte desde 1927 e que constitui uma referência histórica importante, na medida em que muitas das estradas projetadas e construídas na primeira metade do século XX já não existem.

Numa perspetiva de difusão do conhecimento, a Biblioteca dispõe de uma sala de leitura que está aberta ao público em geral e é muito procurada por estudantes universitários, no âmbito da elaboração de mestrados e doutoramentos, e por outros investigadores. A Biblioteca dispõe ainda de edições exclusivas da empresa para venda.

Em 2013 deu-se continuidade ao processo de restauro e digitalização do arquivo fotográfico iniciado em 2012, incidindo, nesta primeira fase, na coleção de fotografias constituída por negativos realizados pelo fotógrafo Celestino Teixeira entre as décadas de 1940 a 1980, que apresentam uma unidade física e estilística de grande valor histórico e artístico.

Durante o ano de 2013 a Biblioteca e o Arquivo colaboraram com a Região Sul da Ordem dos Engenheiros na disponibilização de material para uma exposição de homenagem ao Engenheiro Edgar Cardoso. A exposição esteve patente nas instalações da Ordem a partir 26 de setembro.

Programa Ciência Viva

Em 2013 manteve-se a associação com o projeto Ciência Viva - Engenharia no Verão, onde os interessados puderam conhecer mais de perto algumas das atividades que diariamente são desenvolvidas pela EP na Unidade de Centro de Tráfego (UCT), ou visitar a Ponte 25 de Abril, única no país.



A UCT recebeu a visita de cerca de 30 participantes que tiveram a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido, desde a monitorização em tempo real das condições de circulação rodoviária nas principais estradas nacionais, a difusão da informação rodoviária nos vários

canais de comunicação, a interação com as entidades de socorro e autoridades, entre outras atividades.

Outras iniciativas:

Ambiente

O projeto Europeu EVITA – “*Environmental Indicators for the Total Road Infrastructure Assets*” foi concluído em 2012, com o objetivo do desenvolvimento de indicadores para a caracterização do desempenho de infraestruturas rodoviárias do ponto de vista ambiental, por forma a dar resposta, não só às preocupações dos utentes da estrada e das administrações rodoviárias e operadores, mas sobretudo, às preocupações da sociedade em geral, relacionadas com o ambiente e com os impactos das infraestruturas na qualidade de vida das populações que habitam na vizinhança da estrada.

Neste âmbito, iniciámos em 2013 o desenvolvimento da aplicação do projeto EVITA à realidade portuguesa, por forma a que possamos avaliar a viabilidade e aplicabilidades dos indicadores ambientais desenvolvidos nesse âmbito - domínios do ruído, poluição do ar, poluição da água e recursos naturais – em prol do necessário alinhamento nestas matérias com os parceiros europeus.

A EP associou-se ao evento “*400 Million Trees Penacova 2013*”, que se realizou em 2013 em Penacova, coincidindo com o Dia da Floresta Autóctone, que se comemora na Península Ibérica.

Este projeto de reflorestação promovido pela Fundação Floresta Unida visa a plantação de 400 milhões de árvores em áreas públicas ou comunitárias, com a garantia de 30 anos de gestão, proteção e manutenção das zonas reflorestadas.

Tal como tem acontecido nos últimos anos, diversos colaboradores da EP participam de forma voluntária na plantação de milhares de árvores.

Na sessão de abertura estiveram presentes, entre outras personalidades, o Sr. Secretário de Estado das Florestas, Francisco Gomes da Silva e o ator Virgílio Castelo, padrinho desta campanha.

Apostando no desenvolvimento sustentável através de uma continuada política de promoção de boas práticas em matéria ambiental, a EP contribui, assim, para o sucesso desta iniciativa, que conta também com o apoio de um vasto número de empresas nacionais e internacionais.



Segurança Rodoviária

A EP apoiou igualmente e à semelhança do tem que vindo a acontecer em anos anteriores, a Associação *Cap Magellan* no âmbito da Campanha *Sécur'été* 2013 – Verão em Portugal, através da publicação de um anúncio da empresa na edição especial da *Cap Magellan* de julho/agosto. A campanha de segurança rodoviária é destinada ao público português e lusodescendente a viver em França, que se desloca a Portugal no Verão.

Em 2013, a EP colaborou ainda com o ACP na elaboração de um mapa de estradas atualizado e também com o ACP KIDS no Programa Nacional de Educação Rodoviária que teve como objetivo sensibilizar as crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo para a importância da segurança

rodoviária e da consciência das regras de circulação na via pública, envolvendo toda a comunidade escolar: alunos, professores, formadores e pais.

Neste âmbito, a EP entregou 100 coletes refletores na Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância do Pragal, em Almada. Esta ação visa reforçar a relação da EP com as comunidades locais e inscreve-se na política da empresa de criação de valor partilhado e de responsabilidade social.

Desportivas, Culturais e de Lazer

Desde há vários anos, a EP tem apoiado a realização das provas desportivas que ligam as duas margens do rio Tejo: a 23ª Meia Maratona de Lisboa na Ponte 25 de Abril e a 14ª Meia Maratona de Portugal na Ponte Vasco da Gama. Estes eventos garantem uma maior visibilidade da imagem da empresa, com milhares de participantes/atletas entre amadores e profissionais, permitindo em simultâneo apreciar o valor histórico e paisagístico destas obras de arte.

De realçar a realização de um filme institucional sobre a empresa, traduzido também em inglês, com o objetivo de promover as suas atividades junto dos *stakeholders*.

Numa iniciativa patrocinada pela EP e pelo Museu do Caramulo, aberta a todos os apaixonados e amadores da fotografia, que teve por objetivo retratar e valorizar as estradas e seus elementos, desde pontes, viadutos e zonas adjacentes à estrada, e outros elementos históricos, culturais e sociais integrados nas estradas portuguesas, foi organizado o primeiro concurso de fotografia sob o tema “Estradas de Portugal - Um outro olhar”.

Solidariedade

A EP, em 2013, deu continuidade à sua política de incentivo à parceria dos colaboradores em atividades de índole solidária, de que constituem exemplo as campanhas de recolha de sangue promovidas nas suas instalações de Almada, Porto e Coimbra.

A parceria com o Instituto Português do Sangue em 2013 contou com a participação de 172 colaboradores, empenhados nesta causa tão nobre que pode contribuir para salvar vidas.

A colaboração com associações sem fins lucrativos, que se inscreve no domínio da responsabilidade social junto das comunidades, enraizada como valor da empresa, tem já tradição, tendo sido materializada em 2013 em ações de recolha de bens alimentares não perecíveis, roupa, brinquedos, entre outros bens, em colaboração com o Centro Paroquial Padre Ricardo Gameiro e a Cooperativa de Solidariedade Social “Pelo Sonho é que Vamos”, em que participaram colaboradores de todas as estruturas da empresa descentralizadas de norte a sul do país.

Aproveitando a época natalícia e a oportunidade da realização do Circo de Natal para os colaboradores e familiares, a empresa ofereceu bilhetes para o Circo à instituição de solidariedade social “Associação Pró-Infância de Sto. António de Lisboa” (APISAL), à “Creche-Jardim de Infância O Ninho”- Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, e aos escoteiros “Grupo 78” (Benfica), ajudando a levar a magia do Natal a cerca de 600 crianças.

Comunidade Técnica e Científica:

Conferências

Sendo uma empresa com competências especializadas ao nível da construção e reabilitação de vias e pontes, a EP participa, quer como organizadora, quer como ativa participante, em inúmeras conferências nacionais e internacionais, das quais se destacam:

- **7.º Congresso Rodoviário Português**, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, com o lema “Novos Desafios para a Atividade Rodoviária”. Os novos desafios colocam-se aos diversos intervenientes no setor rodoviário, nomeadamente autoridades, entidades financiadoras, empresas de construção e empresas de serviços de engenharia, e podem alinhar-se em vários planos. No plano externo, o grande desafio que se coloca é o de aproveitar o enorme conhecimento e experiência acumulados pelos diversos intervenientes que, em Portugal, viveram a experiência de construção

da Rede Rodoviária Nacional nos últimos 30 anos, e disponibilizá-los aos países onde a construção da rede Nacional de estradas é prioritária, como é o caso dos países da CPLP.

- **Arrábida 50** – Colóquio Internacional sobre Pontes e Património, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Em junho de 2013 completaram-se 50 anos sobre a data da inauguração da Ponte da Arrábida. Por feliz coincidência, 2013 corresponde também ao centenário do nascimento do seu autor, o Engenheiro Edgar Cardoso. A Ponte da Arrábida é reconhecida como obra-prima da Engenharia de Pontes. O seu processo construtivo constituiu uma operação de extraordinário rigor e engenho, nunca antes realizada. Aquando da sua conclusão era a ponte em arco de betão armado com maior vão em todo o mundo.
- **3.º Congresso ASCP** – Congresso Segurança e Conservação de Pontes, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Nos últimos anos tem-se assistido a um crescente desenvolvimento de uma preocupação da conservação de pontes, impulsionada por diversos fatores, entre os quais se destacam: o aumento significativo do número de pontes; o considerável envelhecimento do “parque” de pontes e a ocorrência de alguns acidentes graves. O reconhecimento da importância da gestão da conservação de pontes tem já um longo historial em Portugal. O objetivo do ASCP2013 é difundir o que de melhor tem vindo a ser feito na área da segurança e conservação de pontes, criando um verdadeiro fórum de discussão e divulgação de novas tecnologias e materiais.
- **11.º Simpósio Internacional de Polímeros reforçados com Fibras para estruturas de Betão Armado**, organizado pelo *Institute for Sustainability and Innovation in Structural Engineering* e pela Universidade do Minho. O Simpósio abrangeu os recentes desenvolvimentos no âmbito do uso de compósitos de FRP em estruturas de betão armado nas vertentes tecnológicas, científicas e de aplicação.
- **V Seminário da AFESP** – com o lema “**Um Compromisso de Segurança**”, no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Tratou-se de um espaço de debate sobre boas práticas em sinalização e segurança rodoviária que culminou com a entrega do Prémio “Sinais Vitais”.
- **Participação na Conferência "2nd International Conference Wastes: Solutions, Treatments and Opportunities", com a comunicação "The Management of Construction and Demolition Wastes in Estradas de Portugal, S.A."**, em que foram transmitidos os procedimentos implementados pela EP, em termos da gestão dos resíduos.
- **IX Sessão Técnica do Fórum de Auditores de Segurança Rodoviária**, iniciativa promovida pela Ordem dos Engenheiros e pelo Fórum de Auditores de Segurança Rodoviária, que teve por objetivo promover um debate sobre a importância do investimento na redução da sinistralidade e das suas consequências.

A apresentação da EP, com o título “Da Construção à Eficiência – Um Desafio à Segurança Rodoviária”, fez uma radiografia à evolução da sinistralidade rodoviária em Portugal, em especial na rede EP e deu a conhecer os principais ativos, iniciativas e desafios da empresa no âmbito do Plano de Segurança Rodoviária.

O painel de oradores foi constituído por representantes da Autoridade Nacional Segurança Rodoviária, da Câmara Municipal de Cascais, do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e da *European Union Road Federation*, que proporcionaram importantes discussões sobre os

desenvolvimentos mais recentes e também sobre as perspetivas de evolução no futuro próximo sobre a segurança rodoviária.

- **Seminário sobre Obras Públicas na Argélia**, que decorreu entre os dias 24 e 26 de novembro, em Argel, sobre o tema "*Routes et Autoroutes, Ouvrages d'Art, Glissements de Terrain, Infrastructures Maritimes, Chaussées Aéroportuaires*". Esta iniciativa desenvolveu-se no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado entre os Governos de Portugal e da República Democrática e Popular da Argélia, que contou com a participação da EP.

A Missão foi organizada pelo Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e pela Embaixada Portuguesa na Argélia, e contou com a presença de representantes da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, do IMT, do LNEC, da Marinha Portuguesa e da EP.

A participação da EP envolveu duas sessões abertas, relativas aos temas “Boas práticas no ciclo de vida da infraestrutura rodoviária, desde os estudos, projetos, construção, operação e conservação das vias” e aos temas de “Organização da rede rodoviária, modelo de gestão e exploração da rede, gestão do tráfego e circulação rodoviária, operação de vias de alta prestação, gestão operacional, sistemas de cobrança de portagens, exploração de áreas de serviço e assistência aos utilizadores e cliente”.

No âmbito desta cooperação, está prevista a realização de um segundo encontro, que deverá ocorrer em Portugal, no primeiro trimestre de 2014, para aprofundamento das relações de cooperação institucional e empresarial.

Estágios

Promovendo uma política de ligação da empresa aos sistemas de ensino e formação e de promoção da aproximação dos jovens ao mercado de trabalho, durante o ano de 2013, e à semelhança de anos anteriores, a EP tem proporcionado estágios em diversas áreas com correspondência na atividade das unidades orgânicas da empresa, no âmbito de acordos de parceria e protocolos celebrados com instituições de ensino e empresas de formação, permitindo assim aos jovens estagiários formação em contexto de trabalho. Foram realizados 12 estágios curriculares e 9 de cariz profissionalizante.

Tipos de Estágios / Áreas de Formação	N.º Estágios Curriculares	N.º Estágios Profissionalizantes	Total
Engenharia Civil	4	5	9
Engenharia Eletrotécnica		1	1
Segurança e Higiene no Trabalho	1		1
Direito/ Economia/Gestão/Contabilidade	1		1
Informática (SIG e outras áreas)	1	1	2
Obras Públicas/Ambiente	3	1	4
Topografia	2	1	3
Total	12	9	21

Neste âmbito, destacamos algumas entidades com as quais a empresa celebrou protocolos em 2013:

- Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;
- Faculdade de Engenharia da Universidade de Coimbra;

- *ISCTE Business School;*
- Instituto Superior de Engenharia de Lisboa;
- Escola Profissional de Ciências Geográficas
- Citeforma.

A EP acolheu ainda dois estagiários, um na área de engenharia civil e outro na de Engenharia do Ambiente, no âmbito do protocolo de colaboração que mantém com a Ordem dos Engenheiros, para acolhimento de membros estagiários desta Ordem profissional, com o intuito de incentivar a aproximação ao mercado de trabalho de jovens que tenham completado a sua formação em engenharia.

No verão de 2013, a exemplo de anos anteriores, a EP acolheu ainda alunos do ensino superior no âmbito do PEJENE – Programa de Estágios de Jovens do Ensino Superior nas Empresas, iniciativa promovida pela Fundação da Juventude, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e a Companhia de Seguros Tranquilidade, Programa que se destina, exclusivamente, aos estudantes do ensino superior que se encontram a frequentar o penúltimo e último ano de ensino superior, abrangendo todos os setores de atividade.

Em 2013 tiveram ainda início quatro estágios, resultantes de candidaturas a medidas no âmbito do emprego e formação profissional do IEFP – inicialmente o Programa de Estágios Profissionais, entretanto revogado pela Medida Estágios Emprego, com efeitos a partir de 18 de julho de 2013 -, medida que visa integrar os jovens desempregados, com o objetivo de, através de experiência prática em contexto laboral, melhorar o respetivo perfil de empregabilidade e promover a respetiva inserção profissional.

Investigação no âmbito da infraestrutura rodoviária

A EP coopera com estabelecimentos de ensino, na componente do desenvolvimento de trabalhos académicos no âmbito de teses de mestrado e doutoramento, bem como, no acolhimento de estagiários, como forma de internalização de competências e de integração de estudantes na vida profissional. Esta cooperação é formalizada por meio de Protocolos de estágios.

A EP formaliza também com a comunidade científica protocolos para o desenvolvimento de investigações na procura de novos materiais ou métodos a incorporar na execução e conservação de estradas.

Como exemplo, destaca-se a seguinte parceria:

Avaliação da integração da caracterização da aderência dos pavimentos, recolhida com recurso ao SCRIM, na estratégia de atuação no âmbito da intervenção nos pavimentos da EP - Protocolos celebrados com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) para a definição de parâmetros de caracterização da aderência adequados e adaptados à extrema diversidade de rede de estradas que estão sob a sua responsabilidade de gestão, por forma a poder tomar decisões criteriosas e sustentadas, que permitam uma maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis.

3.1.3. Colaboradores – Diversidade e Igualdade

Promoção da paridade entre géneros

A EP assume-se como entidade que pauta a sua atuação no respeito pelos direitos humanos e pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Em matéria de repartição por géneros verifica-se que em 2013 os valores se aproximam, tendência mais evidenciada na representação das mulheres no conjunto dos dirigentes, situando-se o respetivo rácio em 0,74 mulheres por cada homem.

Assinala-se ainda que no grupo dos quadros superiores a representação das mulheres se apresenta maioritária.

	2011		2012		2013	
Dirigentes (não inclui membros do CA)						
F	40	36,4%	40	37,0%	45	42,9%
M	70	63,6%	68	63,0%	60	57,1%
Subtotal	110	100%	108	100%	105	100%
Colaboradores (inclui dirigentes)						
F	487	41,9%	483	41,3%	472	43,6%
M	675	58,1%	687	58,7%	611	56,4%
Total	1.162	100%	1.170	100%	1.083	100%

Efetivo Geral

Nos quadros seguintes é apresentada a distribuição por género e faixa etária, nos grupos de governação, de dirigentes e de colaboradores da empresa:

Género	Entre 30 e 50 anos	> 50 Anos	Total	%
F	1		1	25
M		3	3	75
Total	1	3	4	100

Conselho de Administração

Género	Entre 30 e 50 anos	> 50 Anos	Total	%
F	37	8	45	43
M	42	18	60	57
Total	79	26	105	100

Dirigentes

Carreira	Género	<30 Anos	Entre 30 e 50 anos	> 50 Anos	TOTAL	%	Total Carreira
Consultor	F		1	1	2	25	8
	M	2	1	3	6	78	
Quadro Superior	F	4	144	30	178	52	341
	M		116	47	163	48	
Quadro Médio	F	3	44	7	54	39	137
	M		48	35	83	61	
Técnico Auxiliar	F	1	65	41	107	39	273
	M	2	115	49	166	61	
Apoio	F	1	50	35	86	39	219
	M	1	45	87	133	61	
Total		14	629	335	978	100	978

Colaboradores

O gráfico que representa o Leque Salarial Cargo/Carreira evidencia a paridade da política remuneratória relativamente às remunerações médias F/M em cada grupo.

Cargo/Carreira	Género	Salário Médio (€)	Leque Salarial
Diretor	F	3.308	0,9
	M	3.616	
Gestor	F	2.711	1,0
	M	2.868	
Responsável	F	2.830	1,5
	M	1.897	
Consultor	F	3.344	1,0
	M	3.616	
Quadro Superior	F	1.980	1,0
	M	2.106	
Quadro Médio	F	1.501	1,1
	M	1.433	
Técnico Auxiliar	F	1.082	1,1
	M	1.018	
Apoio	F	904	1,1
	M	826	

Leque Salarial por Cargo/Carreira

Movimento	<30 Anos		Entre 30 e 50		> 50 Anos		Total
	F	M	F	M	F	M	
Regresso de Mobilidade			2	1	1	1	5
Saídas Temporárias			2	2		1	5
Saídas PSRQ			2		10	50	62
Saídas (outras)		1		20	1	3	25

Entradas e Saídas de Colaboradores por Escalão Etário e Género

F	M
0,8%	3,6%

Taxa de Rotação por Género (considerando efetivo total de 1.083)

Mantém-se o nível de retorno e uma elevada taxa de retenção após o gozo das licenças de parentalidade. Destaca-se o número de colaboradores do género masculino que usufruíram do seu direito a licenças no âmbito da parentalidade durante o ano 2013, demonstrativo da paridade no exercício do direito pelos colaboradores de ambos os géneros neste domínio.

	2011	2012	2013
N.º colaboradoras com direito a licença parental	25	18	17
N.º colaboradores com direito a licença parental	28	16	26
N.º colaboradoras que voltaram ao serviço após licença parental	19	12	9
N.º colaboradores que voltaram ao serviço após licença parental	28	15	24
N.º colaboradoras que ainda trabalham após 12 meses da licença parental	21	18	19
N.º colaboradores que ainda trabalham após 12 meses da licença parental	23	23	20
Taxa de retorno ao trabalho das colaboradoras após licença parental	76%	67%	53%
Taxa de retorno ao trabalho dos colaboradores após licença parental	100%	94%	92%
Taxa de retenção após licença parental (feminino)	100%	95%	158%
Taxa de retenção após licença parental (masculino)	100%	82%	133%

Retorno ao Trabalho e Taxas de Retenção após a Licença Parental, por Género

Igualdade de Oportunidades

A EP segue uma política inclusiva, integrando sem qualquer discriminação pessoas de origem não portuguesa.

	F	M	Total
De países da União Europeia		1	1
De países de língua oficial portuguesa	1	1	2

N.º de Colaboradores não Nacionais

No total do efetivo da empresa 2% dos trabalhadores são pessoas com algum grau de deficiência e/ou incapacidade, atribuído por entidade competente.

F	M	Total
11	11	22

N.º de Colaboradores Portadores de Deficiência

Relações Laborais Temporárias

Considerando as limitações impostas por via da LOE 2013 quanto à possibilidade das empresas públicas do setor empresarial do Estado procederem ao recrutamento de novos trabalhadores, não houve qualquer admissão durante o ano de 2013.

3.1.4. Reporting Social

Creche e infantário

A EP dispendo de equipamento social na sede da empresa, nas valências de creche e infantário, continua a disponibilizar aos seus colaboradores esta estrutura de apoio social facilitadora da conciliação entre a vida profissional e familiar.

Na sequência do apetrechamento e modernização das instalações ocorridas em 2012, este equipamento foi no ano letivo de 2013/14 aberto à comunidade, considerando que a capacidade instalada permitiu satisfazer a procura por parte dos colaboradores da EP e acolher quatro outras crianças no início do ano letivo, número que gradualmente foi aumentando.

Pausas e refeições

Para além dos espaços já existentes para os trabalhadores tomarem as suas refeições ou utilizarem em pausas de trabalho, nomeadamente na sede onde são disponibilizados bares e refeitório com produtos fornecidos a preços reduzidos, em 2013 foi aberto mais um espaço social nas instalações do Centro Operacional Centro Norte, em Coimbra, cuja gestão é assegurada por colaboração da Casa de Pessoal da EP.

Parceria com a Casa do Pessoal - benefícios sociais

Através da parceria com a Casa do Pessoal, organização dos trabalhadores sem fins lucrativos, que se manteve em 2013, a EP patrocina o desenvolvimento de ações de índole cultural, recreativa, desportiva na empresa e ainda serviços ou apoios de natureza social. Firmada em protocolo de colaboração, esta parceria tem por base a comparticipação financeira da empresa, com sujeição à obrigação de prestação de contas.

Os benefícios sociais incluem subsídios de apoio à infância e à educação, a comparticipação do prémio de seguro de saúde, consultas médicas e o programa de ocupação de tempos livres (OTL) para filhos de colaboradores até 12 anos de idade, que decorre durante o período de férias de verão.

A estes benefícios têm acesso todos os colaboradores no ativo, com vínculo permanente ou temporário, e também os aposentados ou reformados, sendo alguns deles estendidos aos familiares em condições diferenciadas.

No conjunto de atividades desenvolvidas pela Casa do pessoal destaca-se o Grupo Coral, cuja performance tem reconhecimento externo, sublinhando-se a sua intervenção na comunidade através de atuações *pro bono*.

Neste âmbito, em 2013, a Casa de Pessoal proporcionou várias iniciativas:

- Comparticipação das inscrições dos associados na Corrida do Tejo, na Corrida da Mulher, nas Corridas *Colour Run*, no Triatlo Longo de Lisboa;
- Competições de pesca desportiva, ciclismo BTT e canoagem;
- Caminhada na Serra da Estrela;

- Organização de um Torneio de Futsal;
- Organização de Centros de Férias para os associados e seus familiares, mediante a contratação de alojamento turístico, procurando a diversificação de locais;
- Organização da *EP Team - Urban Night Trail 2013*;
- Campanhas especiais para aquisição de bilhetes para Revista à Portuguesa e Peças de Teatro;
- Campanha “Vamos ajudar a Margarida” - menina com paralisia cerebral;
- Colaboração com a empresa na organização do Circo de Natal, destinado ao convívio natalício de colaboradores da empresa, familiares e amigos.

3.2. Responsabilidade Ambiental

Objetivos

A atuação da EP tem vindo a assegurar a conformidade das suas práticas com as obrigações sociais e ambientais, estando identificados um conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de gestão que nos permitem manter os níveis de desempenho, mas, particularmente, incrementá-los, implementando uma política ativa de inovação.

As práticas instituídas na empresa, que visam cumprir com o quadro legal, nacional e comunitário, integram a vertente ambiental em todas as fases do ciclo de vida das infraestruturas rodoviárias, e demonstram, inequivocamente, o compromisso a favor do desenvolvimento sustentável e, sobretudo, sustentado. Assim, o ambiente é uma matéria que se incorpora em toda a atividade da empresa, fazendo com que uma multiplicidade de fatores ambientais seja considerada quando se planeia, projeta, constrói e mantém uma estrada.

No âmbito da sua atividade, a EP desenvolveu novos projetos na área do ambiente, os quais para além da motivação interna de todos os que trabalham na empresa, são também particularmente importantes para a inovação com efeitos na sustentabilidade futura.

Neste quadro, sempre perseguindo o desafio da sustentabilidade, com o propósito de criação de valor para todas as partes interessadas, numa estratégia focalizada nas dimensões social e ambiental, sem negligenciar a dimensão económica, alcançaram-se os seguintes objetivos:

- Cumprimento da legislação ambiental aplicável, nacional e comunitária;
- Aplicação das boas práticas em matéria ambiental e de salvaguarda do património cultural, evitando a emissão de contraordenações bem como de pareceres negativos na gestão ambiental e do património cultural, durante a fase de planeamento, construção e exploração dos empreendimentos;
- Incorporação de materiais reciclados/reutilizados, numa percentagem de 5%, em intervenções de estradas, em observância com a legislação e as disposições técnicas regulamentares aplicáveis;
- Execução de ações de monitorização ambiental decorrentes da avaliação dos indicadores ambientais, bem como definição e correspondente programação das medidas destinadas à correção das situações de incumprimento;
- Incremento da implementação do Projeto Estradas Património;
- Elaboração de documentos normativos aplicáveis a todas as fases do ciclo de vida do empreendimento rodoviário;
- Promoção de tecnologias e aplicações informáticas em busca da atualização e sistematização de dados ambientais, com vista à sua gestão;

- Incremento dos levantamentos necessários em matéria de Gestão Ambiental numa perspetiva de integração futura no Sistema de Gestão da Qualidade da EP;
- Fomento de parcerias com outras entidades no âmbito da monitorização de fatores ambientais e da promoção de iniciativas I&D;
- Gestão de interfaces com organismos externos, nacionais e internacionais, designadamente empresas congéneres.
- O atual desafio passa por incrementar mecanismos de controlo e sistematização de informação, bem como implementar uma política ativa de inovação, em prol da melhoria da performance da empresa alinhada com os três pilares Sustentabilidade, Serviço e *Stakeholders*.

A estratégia no domínio do ambiente demonstra o compromisso da empresa a favor do desenvolvimento sustentável e as práticas instituídas constituem um suporte para a inovação de processos, numa perspetiva integrada, desde o projeto, passando pela construção, operação e manutenção.

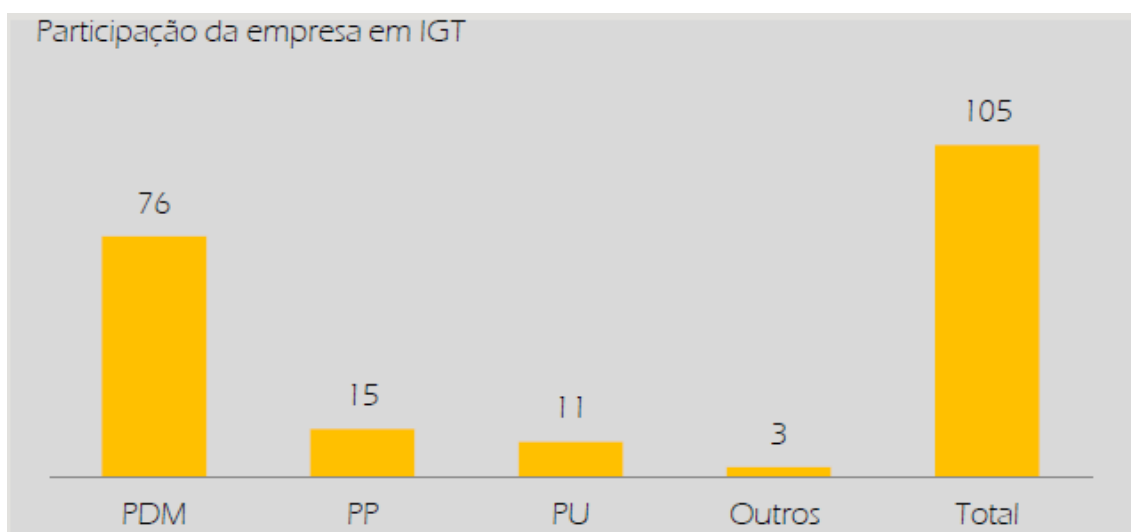
Estando identificados um conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de gestão que permitem manter os níveis de desempenho, minimizando riscos ambientais, constatou-se que em 2013 se atingiram resultados que mostram uma gestão ambiental eficaz, eficiente e equilibrada.

Num quadro de maturidade da rede rodoviária, os projetos e sequentes obras, desenvolvidos pela empresa são maioritariamente de conservação de vias, reabilitação de obras de arte e de segurança rodoviária, integrando sempre a componente ambiental.



Atividade ambiental em projeto e obra em 2013

No contexto de solicitações externas às quais a empresa procura responder de uma forma proactiva, destaca-se a participação em processos relativos a Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), pela relevância do contributo no planeamento e gestão do território.

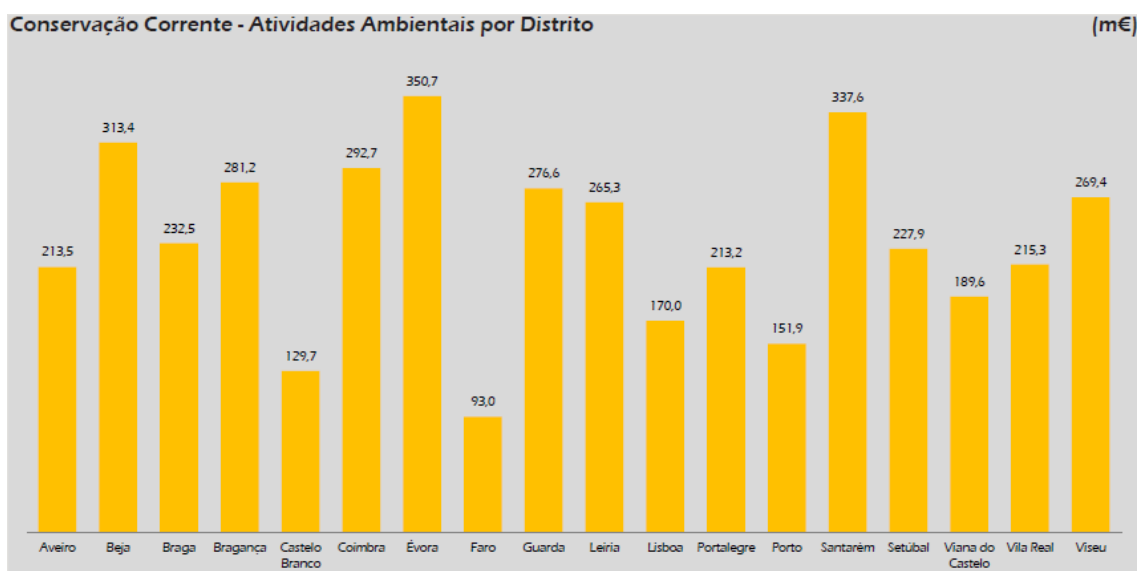


PDM – Planos Diretores Municipais / PP – Planos de Pormenor / PU – Planos de Urbanização

Participação da Empresa em IGT em 2013

No quadro de uma rede rodoviária consolidada, a gestão ambiental na operação e manutenção do património da EP, responde ao desafio da sustentabilidade, articulando-se com as dimensões social e económica.

A importância das atividades ambientais nos Contratos de Conservação Plurianual 2010-2013 ficou demonstrada também em 2013, respondendo às preocupações de enquadramento paisagístico das vias em consonância com a segurança rodoviária e também de atuação no âmbito da prevenção da floresta contra incêndios.



3.3. Responsabilidade Económica

A EP definiu um Plano Estratégico 2013-2016, designado de K16, que baseia a sua linha de orientação em três pilares fundamentais:



Os objetivos prioritários da empresa em 2013, e que terão continuidade em 2014, foram a redução dos pagamentos por disponibilidade no âmbito das concessões e subconcessões rodoviárias, a otimização do modelo de cobrança de portagens, a adequação dos níveis de serviço da rede rodoviária nacional em linha com critérios de segurança rodoviária e racionalidade económico-financeira, a procura de novos negócios, produtos e serviços com ganho de receitas complementares e a captura das poupanças decorrentes de uma maior eficiência operacional.

Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento

Os objetivos de gestão definidos para o ano de 2013 foram estabelecidos em consonância com os objetivos estratégicos da empresa, que se sintetizam de seguida:

- Otimização do investimento;
- Otimização da eficiência de execução;
- Incremento da receita total;
- Melhoria da perceção do nível de serviço;
- Melhoria do posicionamento corporativo;
- Eficiência do seu modelo de governação.

Todos os objetivos de gestão da empresa para o ano de 2013 foram cumpridos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Objetivos de Gestão 2013:

Indicadores do Acionista				
Indicador	Unidade	Meta 2013	Valor Real	Desvio (%)
Custos Operacionais (<i>Cash</i>)	M€	225	158	-29,8
<i>Free Cash Flow</i>	M€	-288	-279	3,1
Receita total (<i>Cash</i>)	M€	736	769	4,5
Receitas com serviços complementares	M€	9,3	12,0	29,0
Índice de Segurança Rodoviária	N.º	110	119*	8,2
Índice Sustentabilidade Ambiental	N.º	100	100	0

* Valor provisório.

Estes resultados traduziram-se numa redução muito significativa do esforço exigido aos contribuintes, sem prejuízo do nível de qualidade da rede.

Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa:

a) Redução dos pagamentos no âmbito das concessões e subconcessões rodoviárias

A redução dos pagamentos no âmbito das concessões e subconcessões rodoviárias é um dos fatores chave para se alcançar a sustentabilidade financeira da EP. Para o efeito é fundamental concluir-se o processo negocial desenvolvido com as concessionárias e subconcessionárias, através da celebração dos respetivos contratos, o que está dependente do aval dos bancos financiadores, e do posterior visto prévio do Tribunal de Contas.

b) Otimização do atual modelo de cobrança de portagens

Evolução do atual modelo de cobrança de portagens, com concretização da nova tecnologia associada à cobrança de portagens, de um novo sistema de pagamento e de um novo modelo de gestão, tendo por objetivo potenciar a curto prazo as receitas e reduzir os custos de operação.

A concretização do novo modelo de cobrança de portagens está dependente de um conjunto de alterações legislativas que se espera sejam concretizadas durante o ano de 2014.

c) Revisão do Estatuto das Estradas e do Estatuto da Empresa

A concretização da revisão do Estatuto das Estradas (ainda em discussão) e do Estatuto da Empresa, é também um fator chave no rumo da sustentabilidade da empresa, designadamente no que respeita a uma melhor rentabilização da sua atividade e know-how, possibilitando a criação de novos negócios, produtos e serviços, com o inerente aumento de receitas enquadrado numa maior eficiência de processos.

d) Imposto sobre o Valor Acrescentado

O direito ao reembolso do IVA deduzido pela EP no âmbito da sua atividade é outro dos fatores chave para os resultados futuros da empresa, numa perspetiva de médio e longo prazo (no orçamento de 2014 considerou-se que o processo do IVA não teria qualquer desenvolvimento com impacto no período).

Indicadores de valor direto gerado e distribuído:

	(M€)
Receitas	
Proveitos de exploração	1.167,4
Resultados de investimentos financeiros	5,5
Venda de ativos	0,7
Valor económico gerado	1.173,6
Custos Operacionais	680,8
Custos com o Pessoal	34,7
Dividendos pagos	0
Juros	330,1
Pagamentos ao Estado	
IRC e derrama	11,3
IMI	0,1
IVA	101,8
Imposto de Selo	0,1
Valor económico distribuído	1.158,9
Valor económico acumulado	14,8

A análise da sustentabilidade da empresa, nos domínios social, ambiental e económico, está vertida, de forma mais pormenorizada, no Relatório de Sustentabilidade de 2013, para o qual se remete e que pode ser consultado, no sítio na internet, em <http://www.estradasdeportugal.pt/index.php/pt/a-empresa/informacao-de-gestao>.

Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo

Princípios de Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	<p>Cumprimento, enunciação e divulgação, da missão, objetivos e políticas que tenham sido determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade.</p>	Cumprido
	<p>Elaborar planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e aos objetivos fixados.</p>	Cumprido
	<p>Definir estratégias de sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental identificando objetivos e instrumentos de planeamento, execução e controlo a utilizar.</p>	Cumprido
	<p>Reporte de informação anual à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade.</p>	Cumprido
	<p>Cumprimento de legislação e regulamentação, adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.</p>	Cumprido
	<p>Tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores e contribuir para a sua valorização pessoal.</p>	Cumprido
	<p>Conduzir com integridade todos os negócios da empresa. Ter ou aderir a um Código de Ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação.</p>	Cumprido
<p>Tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matérias de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem eficiência das transações realizadas e que garantem igualdade de oportunidades de todos os interessados. Divulgação anual de todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a percentagem ultrapassar 1M€).</p>	Cumprido	

Princípios de Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento
Estruturas de Administração e Fiscalização	Órgãos de administração e fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, comparáveis com empresas privadas de dimensão semelhante e do mesmo setor.	Cumprido
	O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização.	Cumprido
	Emissão de relatórios de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efetuado pelos membros não executivos ou comissões especializadas.	Cumprido
	Contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados pelas empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados.	Cumprido
	Implementação do sistema de controlo , que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	Cumprido
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido
Remunerações e Outros Direitos	Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração, executivos e não executivos e do órgão de fiscalização.	Cumprido
	Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concebidos pela empresa).	Cumprido

Mais informação sobre o governo societário da EP poderá ser consultada no Relatório de Governo Societário de 2013, disponível em <http://www.estradasdeportugal.pt/index.php/pt/a-empresa/informacao-de-gestao>.

Código de Ética

A EP adotou em 2007, um [Código de Ética](#) que consagra os princípios e normas de conduta a observar por todos, administração, dirigentes e colaboradores em geral, no exercício das suas funções e em todas as atividades internas e externas, bem como no relacionamento com terceiros.

Mais do que um compromisso, este Código de Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação, o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.